

Jovens Agricultores Gaúchos na Suíça: novas fronteiras de trabalho?

James Diego Roth¹

Valdemar João Wesz Junior¹

Victor Mateus Menezes de Mattos¹

Viviane do Nascimento Bueno¹

Ana Margarete Rodrigues Martins Ferreira²

Introdução

As diversas transformações ocorridas no cenário agrícola nos últimos anos têm alterado também a própria estrutura populacional do meio rural. As relações e o modo de trabalho interferem na composição familiar, e as condições de trabalho e renda nem sempre são atrativas para determinadas faixas etárias, fazendo com que problemas como o êxodo rural e o envelhecimento da população rural tornem-se situações cada vez mais frequentes.

Está claro que o apoio à agricultura familiar tem sido cada vez mais difundido, pois vem sendo reconhecida a sua importância na busca de uma nação mais sustentável e pluriativa. Ainda ocorre, porém, uma grande marginalização – também existente no meio urbano – que faz com que os agricultores, principalmente os jovens, não acreditem em perspectivas de desenvolvimento no campo, uma vez que se deparam

¹ Acadêmicos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade Missões, pelo curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial. Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, 2557 – Bairro Agrícola – São Luiz Gonzaga, RS, CEP 97800-000 (james-roth@uergs.edu.br).

² Professora doutora da UERGS/Unidade Missões. Endereço: UERGS/Missões, Rua Marechal Floriano Peixoto, 2557 – Bairro Agrícola – São Luiz Gonzaga, RS, CEP 97800-000 (ana-ferreira@uergs.edu.br).

com uma grande escassez de empregos e com elementos externos ao mundo rural que os fascinam. Assim sendo, esses jovens vão em busca do fascínio que vêem na tela da televisão, revelado pelo movimento, diversão e aventura das cidades.

Para muitos jovens, contudo, o principal motivo que os leva a abandonar o campo não é simplesmente a vontade de viver na agitação das cidades, mas sim a impossibilidade de alcançarem seu pleno desenvolvimento econômico pelas atividades agrárias (Sacco dos Anjos, 2003). Dessa maneira, segundo Silvestro et al (2001, p. 22) “é necessário uma inovação na política fundiária brasileira que abra caminho para que milhares de jovens agricultores possam realizar suas vocações e desejos profissionais”. Essa inovação pode ser fruto da realização de uma verdadeira reforma na estrutura agrária e que contemple o morador rural com: distribuição de terras, crédito agrícola, infra-estrutura, educação, capacitação e assistência técnica, lazer, etc.

O presente trabalho reflete os principais condicionantes do êxodo rural no Brasil e mostra uma situação específica ocorrente com jovens do município de Mato Queimado (RS), que na busca por melhores condições de vida migram para a Suíça para trabalharem no setor agrícola, como contratados temporários. Em um país no qual o trabalho do agricultor é mais valorizado que no Brasil, muitos deles permanecem lá morando; já outros retornam e investem na sua terra natal o dinheiro que obtiveram. Para o município de Mato Queimado, em certo aspecto, esta entrada de capital tem sido benéfica, uma vez que possibilita a amplitude de novos negócios, empregos e renda. Mas e quando essas pessoas preferem ficar no outro país?

Procedimentos da Pesquisa

A pesquisa foi realizada mediante entrevista feita com 25 jovens matoqueimadenses que foram trabalhar temporariamente em zonas agrárias suíças. A primeira parte da entrevista continha perguntas relaciona-

das às impressões, vantagens e percalços que os trabalhadores encontraram no país estrangeiro. Na segunda, os jovens foram questionados sobre a mudança financeira que o trabalho proporcionou e se investiram o dinheiro em suas propriedades ou em outro tipo de negócio.

Como o estudo realizou-se paralelamente a um diagnóstico do sistema agrário de Mato Queimado, foi possível entender mais profundamente as circunstâncias que levam os jovens do município a procurarem novas fontes de emprego e renda. Nesta outra análise foram ouvidos também os depoimentos dos pais destes jovens, relatores do cotidiano de suas atividades no campo.

Nestes depoimentos as pessoas contam sobre a história da localidade desde a época da sua colonização, falam das mudanças ocorridas ao longo do tempo e das dificuldades que têm enfrentado para garantir o sustento da família. Muitos pais deram entrevistas relatando a saudade que sentem de seus filhos que estão na Suíça trabalhando, mas revelam a esperança de que estes retornem com um bom dinheiro para começarem as suas vidas financeiramente independentes.

Paralelamente à montagem do banco de dados primários foi elaborado um banco de informações contendo os dados secundários colhidos a partir de uma consulta a informações censitárias e institucionais (IBGE, Pronaf, Emater e INSS) e a outros registros estatísticos que permitissem uma aproximação em relação às características gerais das zonas antes identificadas, centrando o foco de análise em aspectos vinculados ao desenvolvimento (IDH) do município, incluindo outros indicadores como o Índice Social Municipal Ampliado (Isma) da FEE.³ Além disso, foi consultado um aporte bibliográfico como base, publicações de vários pesquisadores para visualizar os processos sociais até então decorrentes em âmbito regional e avaliar os possíveis fatores que foram determinantes para o êxodo dos agricultores familiares do meio rural.

³ Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul.

Modernização Agrícola

A modernização do campo, que a partir da década de 70 foi idealizada pela elite brasileira, favoreceu os interesses dos grandes agricultores e das empresas multinacionais (indústrias de insumos agrícolas, de maquinários, etc.), provocando a exclusão de milhares de pequenos produtores de seu meio. Assim sendo, os pequenos proprietários, arrendatários, meeiros, posseiros, etc., viram-se obrigados a migrar para as cidades, pois ficaram reprimidos por uma política que favorecia apenas o grande produtor. Assim, o êxodo rural envolveu pessoas de todas as idades e famílias inteiras deixaram o campo em busca de melhores perspectivas de vida (Novaes, 1996).

Dentre os mais variados estudos realizados pelo Censo Demográfico ainda são limitados os que se aprofundam sobre a temática do êxodo rural. Esta falta de interesse está presente até mesmo entre os demógrafos, que passaram a dedicar maior atenção aos novos temas que surgem na sociedade, como o aumento da violência nas cidades, desemprego, evasão escolar, etc. A omissão de um fato que vem modificando o cenário rural brasileiro faz com que os problemas a ele inerentes sejam postos em segundo plano, dentro das prioridades de reestruturação social. As novas fronteiras do êxodo, no entanto, abarcam situações que não podem ser mantidas, pois sua evolução ruma para um caminho na qual as populações rurais podem ficar socialmente descaracterizadas, seja por gênero, por oportunidades de emprego ou pela sua própria natureza funcional.

O acentuado êxodo de jovens do meio rural mostra que o contato entre o campo e a cidade é cada vez mais freqüente. Resta saber se esta inter-relação representará uma grande mudança na esfera social de um ou de outro espaço. É provável que no campo, tanto jovens como pessoas de outras faixas etárias não venham encontrando um ambiente propício para a construção compensatória de sua cidadania, bem como de condições de vida capazes de promover a sua reprodução econômica (Navarro, 2001).

Apesar disso, é paradoxal que, com o aumento da violência e desemprego das cidades, muitas pessoas preferam habitar esse meio. Para jovens rurais tem valido mais a pena procurar as cidades, pois elas são o “campo” florescente da moda, de costumes e pensamentos coletivos de indivíduos da sua idade, estampados a todo o instante nos veículos de comunicação.

A Crescente Migração Campo-Cidade

Em 1970 foi registrado o maior índice de habitantes rurais do Brasil, com 41 milhões de pessoas, correspondendo 44% da população total. A partir de então tem ocorrido um declínio populacional constante no meio rural. Em 1996 o número de habitantes no campo chegou a um total de 33,8 milhões, equivalendo a 22% do total da população brasileira (Camarano; Abramovay, 1999).

É cada vez maior o número de jovens que têm deixado o campo. Na região Sul, durante os anos 70, quase metade (45,5%) da população saiu do meio rural já no começo da década, índice que representa cerca de 29% de todos os migrantes rurais do país. Nesta década de 70, a população rural teve uma redução de 2 milhões de habitantes. Os subsídios, os incentivos econômicos e o aparato institucional mobilizados para estimular a adoção de técnicas produtivas e culturas altamente poupadoras de mão-de-obra são certamente a razão principal de um êxodo tão intenso (Abramovay et al, 1998).

Em suma, apesar de sua magnitude global, os anos 90 parecem assinalar duas direções-situação: de um lado, regiões em que o êxodo é ainda muito significativo (sobretudo no Nordeste, mas também, embora com população rural menor, no Centro-Oeste). Por outro, no Sudeste e no Sul, regiões em que ocorre uma migração campo-cidade freqüente, mas onde não se deve esperar um declínio tão significativo da população hoje residente no campo, dado, inclusive, ao fato de se observar um reduzido contingente populacional residindo lá atualmente (Abramovay et al, 1998).

Realidade Agrária e Produtiva de Mato Queimado

Mato Queimado está localizado nas Missões, praticamente no centro da Região Noroeste do Estado. Sua altitude é 220 metros, longitude média de 54,37' e latitude de 28,15'. Este jovem município, que se emancipou em 16 de abril de 1996, possui uma área territorial de 113,95 Km². Sua população é constituída predominantemente por descendentes de alemães (cerca de 80%),⁴ lusos, italianos e poloneses. Segundo o Censo Populacional de 1996 (Ibge, 1997), a população total de Mato Queimado era constituída de 2.022 pessoas, das quais 1.025 (51%) homens e 997 (49%) mulheres. Quanto à procedência 1.686 (83%) eram do meio rural e apenas 336 (27%) do meio urbano.

Pelo fato de Mato Queimado possuir 113,95 Km² de extensão, existindo 605 domicílios rurais, a área média das propriedades rurais firmou-se nos 18 hectares, habitando em cada uma, aproximadamente 2 ou 3 pessoas. A densidade demográfica é de 17 hab/Km² (IBGE, 2000).

As propriedades são majoritariamente familiares nesse município, com predominância de agricultores minifundiários, como se pode observar na tabela 1.

Tabela 1: Número de estabelecimentos e área agrícola, em números absolutos e relativos, por estrato de área e total, no município de Mato Queimado/RS.

	Número de estabelecimentos		Área agrícola	
	Absoluto	Relativo (%)	Hectares	% da área
0-20 ha	500	83	5894	52
21-50 ha	77	13	2539	22
51-100 ha	20	3	1265	11
+ 100 há	8	1	1697	15
Total	605	100	11395	100

Fonte: Emater de Mato Queimado (2005)

⁴ Segundos dados do VII Encontro de Coordenadores de Núcleo do Sicredi.

Como se pode observar na tabela, a maioria das propriedades (83%) possui entre 0-20 hectares e ocupa praticamente a metade da área agrícola do município (52%). Enquanto 96% dos estabelecimentos ocupam em torno de 77% da área, 4% deles detêm aproximadamente um quarto da área agrícola.

Mesmo com as áreas reunidas entre os pequenos produtores, o setor primário de Mato Queimado é responsável pela quase totalidade da renda municipal. Na agricultura, a soja é responsável por mais de 6.000 ha de área cultivada. Já o milho e o trigo possuem uma menor expressão, com cerca de 2.500 e 1.500 ha, respectivamente (IBGE, 2000). Na pecuária destaca-se a produção de leite, que atinge a produção anual de 3.281.907 litros, constituindo a atividade principal de 180 produtores no interior de Mato Queimado. O suíno já foi mais representativo no município, mas hoje, devido à instabilidade de venda e à queda no preço, limita-se a 700.000 Kg/ano, segundo dados da própria Emater/Ascar. Ocorre ainda a existência de outras culturas, como o vinho, o feijão, a mandioca e a fruticultura, com menor representatividade para fins mercantis, mas importante para o consumo familiar no interior das propriedades.

As Novas Fronteiras de Trabalho para os Jovens de Mato Queimado

A relação entre habitantes de Mato Queimado e a Suíça começou na década de 80, quando alguns moradores foram para aquele país a passeio. Ao perceberem que lá o trabalhador agrícola é mais bem remunerado que no Brasil, estas pessoas retornaram àquele país para exercerem atividades em campos agropastoris. Posteriormente, mais pessoas seguiram este exemplo e o fluxo de indivíduos que vão trabalhar na Suíça tem aumentado desde então.

Com a criação deste vínculo empregatício entre trabalhadores brasileiros e empresas agrícolas suíças, foi necessária a atuação de outra empresa, com a incumbência de regulamentar o acesso a este tipo de

trabalho. Foram especificados critérios seletivos, elaboração de contratos temporários e outras condições para que uma pessoa ingresse no país com a finalidade de trabalhar nas lavouras e demais zonas de produção agropecuária.

Dessa maneira, dentre algumas resoluções da empresa atuante em Mato Queimado, ficou decidido que os candidatos ao trabalho devem ter conhecimento básico da língua alemã, o que é testado mediante uma prova aplicada aos interessados e só podem permanecer no país estrangeiro por um período de 18 meses, a menos que estabeleçam vínculos matrimoniais com cidadãos(ãs) suíços(as).

As Diferenças das Migrações por Idade e Sexo

Em Mato Queimado, dentro do programa de trabalho na Suíça, foi observado que a maioria das mulheres que vão para o país permanece lá residindo, uma vez que estabelecem ligação conjugal com cidadãos suíços. Para o município este é mais um determinante para um problema característico das populações rurais do Brasil: a masculinização do campo, geralmente associada ao fato de que as oportunidades de emprego e renda no meio rural são melhores para os homens do que para as mulheres.

Ravenstein (1980, p. 65), conclui que “As mulheres migram mais que os homens”, sendo este um dos principais comportamentos das migrações rurais.

São diversas as causas apontadas para esta migração desigual entre homens e mulheres no meio rural. Algumas definem que a oferta de trabalho doméstico para moças na zona urbana é o determinante para que estas se transfiram para as cidades. Esse comportamento também pode estar relacionado ao fato de que, nas unidades de produção familiares, as mulheres geralmente têm uma carga de trabalho intensa, e sem perspec-

tivas de que suas atividades lhes tragam avanços econômicos, ou seja, que garantam a sua independência financeira. O fato de elas procurarem trabalho no meio urbano, mesmo que seja em tarefas domésticas, abre espaço para que sonhem com uma carreira profissional mais valorizada, haja vista que as oportunidades de empregos diferenciados são bem maiores nas cidades. A própria família estimula essa migração, uma vez que são bem reduzidas as chances de as moças poderem se estabelecer como agricultoras ou esposas de agricultores (Abramovay et al,1997).

É notória, nos últimos anos, uma grande alteração a respeito da composição etária e por sexo do êxodo rural: “(...) são as mulheres que partem mais rapidamente e em maior número, pois os homens ficam retidos por seu ofício e sua unidade produtiva, enquanto as mulheres são mais atraídas pelas atividades terciárias urbanas” (Mendras, 1995, p. 236).

Ainda que em Mato Queimado este comportamento de migração mais intensa de mulheres seja comprovado, é possível assinalar que sua principal causa nem sempre está ligada ao fator financeiro, pois a maioria das mulheres que vai trabalhar na Suíça e consegue arrecadar algum dinheiro não retorna para o interior. Até mesmo na entrevista o número de mulheres possível de serem consultadas foi inferior ao de homens, o que pode ser observado na figura 1.

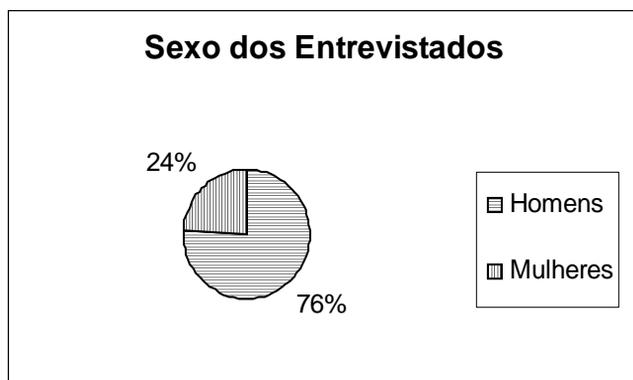


Figura 1. Sexo dos entrevistados

O Papel da Educação

Segundo relatório da FAO (1995), existe uma ligação entre o caráter dos processos migratórios e a formação educacional. De acordo com este documento, na maioria das famílias rurais latino-americanas está presente o pensamento de que o estudo é mais indicado para as moças do que para rapazes. Nos dias atuais ainda existe a crença de que o trabalho no campo e uma boa formação educacional não precisam andar juntos.

Dados da Cepal (1995) utilizados por Durston (1997) apontam que no Brasil rural 55% dos rapazes têm menos de quatro anos de estudo. A precariedade da situação educacional das moças também é grave, mas menos que a dos rapazes: 42% das jovens rurais têm menos de quatro anos de estudo. Para que se tenha uma idéia da posição do Brasil na América Latina quanto a este aspecto, no Chile apenas 5% dos rapazes (e 4% das moças) estão nesta situação e mesmo no México as cifras são bem menos graves que no Brasil: 27% dos rapazes e 21% das moças (Abramovay, 1999).

Infelizmente o Brasil apresenta um sistema de ensino escolar que não contempla a realidade e os costumes dos jovens do campo, posto que as instruções e metodologias aplicadas são mais direcionadas aos jovens urbanos. O interessante é que a maioria das próprias escolas agrícolas acha-se localizada em perímetros urbanos, em que a realidade é diferente daquela à qual os filhos de agricultores que ali vão estudar estão acostumados. Muitos deles, então, optam por permanecer nas cidades, arrumando empregos em outros setores que não ligados à agricultura, pois é nas cidades que eles encontram maiores opções de lazer e entretenimento. Muitas destas opções poderiam ser levadas também para o campo, garantindo assim que o jovem rural ocupe seu tempo não só com o trabalho, mas também com alternativas de diversão.

Aspectos do Trabalho na Zona Rural da Suíça

Segundo os entrevistados, a carga diária de trabalho na Suíça (rigorosamente respeitada) é de oito horas. Na maioria dos lugares o trabalho é considerado leve, e envolve atividades como tirar leite, alimentar criações, cultivar hortaliças, etc. Tarefas que em nosso país não são financeiramente compensatórias quando se é empregado, mas que na Suíça se igualam a bons empregos do Brasil. No período em que lá permanecem, tirando todas as despesas, os jovens costumam voltar para o Brasil com a quantia de aproximadamente R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Muitos dos que retornam ao Brasil pensam em voltar para trabalhar ilegalmente e talvez permanecer morando por lá. São pessoas que não vêem perspectivas de desenvolvimento no lugar onde moram, alegando que não existe um interesse maior por parte do governo brasileiro em incentivar a produção na pequena propriedade. Segundo os depoimentos dos jovens, se não tivessem trabalhado durante o período de um ano e meio na Suíça, e dessa forma terem conseguido obter uma boa quantia de dinheiro, cedo ou tarde teriam de abandonar o campo e procurar empregos na cidade. O destino quase sempre são os parques industriais existentes na região de Caxias do Sul.

A opinião de todos os entrevistados é que a forma de se praticar a agricultura na Suíça é muito mais eficiente que a do Brasil. Além de receberem vários tipos de incentivos governamentais, os agricultores de lá apresentam sistemas produtivos eficazes, em que quantidade de terra não é sinônimo de produtividade. As famílias conseguem, em pequenas áreas, a produção para sua subsistência e geração de excedentes que são adquiridos por empresas alimentícias. Havendo uma eficiente integração entre os vários setores agropecuários, os pequenos produtores têm maior garantia de que venderão sua produção, ao mesmo tempo que as agroindústrias maiores sabem que terão constância no fornecimento de matéria-prima.

Para o município de Mato Queimado este processo de trabalho, pelo qual seus moradores vão trabalhar no exterior, tem suas vantagens e desvantagens. E cabe aqui a análise de ambas.

Os jovens que cumprem seu contrato na Suíça e retornam ao seu local de origem promovem uma entrada de recursos e investimentos no local, pois investem o dinheiro recebido nas propriedades de seus familiares, fazem melhorias em instalações, adquirem novos equipamentos, aumentando assim a produção de determinadas culturas. Já outros preferem abrir um novo negócio no perímetro urbano, proporcionando a geração de novos empregos e ampliação das atividades comerciais da cidade. O número dos jovens entrevistados que investiu na sua propriedade rural é significativo em relação àqueles que aplicaram em outro ramo (Figura 2).

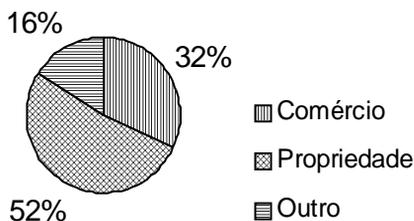


Figura 2: Aplicação do capital recebido na Suíça.

Aqueles que não retornam, entretanto, são novos integrantes do grande contingente de cidadãos brasileiros que saem do meio rural. O resultado de uma pergunta feita na pesquisa, na qual os entrevistados foram indagados se tinham intenção de voltarem à Suíça está expresso na figura 3. Quanto ao motivo alegado pelos entrevistados referente à vontade de lá permanecerem, o mais significativo foi o de terem feito amizades com pessoas daquele país, pretendendo retornar para lá em viagens de passeio. Se nessa viagem, contudo, surgirem novas oportunidades de empregos, os entrevistados declararam que ficariam na Suíça.

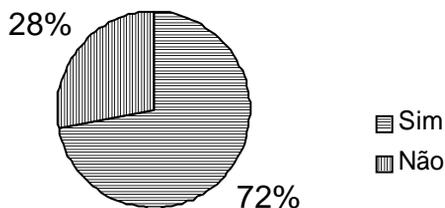


Figura 3: Percentual de pessoas com intenção (ou não) de retornar a Suíça.

Considerações Finais

A princípio pode parecer que o depoimento de um pequeno grupo de jovens que tiveram uma experiência de trabalho em outro país não representa uma ampla contribuição para o estudo do êxodo rural em âmbito nacional, mas os pequenos municípios muitas vezes são o retrato do que ocorre numa região ou país. E o que se pode observar em Mato Queimado é um dos principais condicionantes do êxodo rural no Brasil: a busca das pessoas do campo por melhores condições de vida, materializadas por oportunidades de emprego e lazer.

As soluções para conter o esvaziamento das populações rurais não são simples, elas dependem das condições que serão dadas para os habitantes deste meio e, principalmente, das ações que façam com que ele seja atrativo tanto para os jovens como para pessoas de outras faixas.

O exemplo de Mato Queimado torna-se importante dentro da temática do êxodo rural porque nesse caso as pessoas não abandonam o campo para ir trabalhar nas cidades, elas apenas migram de uma área agrícola para outra, em que a valorização e a evolução do trabalho rural são bem maiores. Com isso, trazem para o município de origem novas técnicas de produção adequadas a pequenos espaços de terras, além de um capital financeiro passível de ser aplicado na sua propriedade ou na de seus pais. O problema ocorre, no entanto, quando estes jovens, principalmente as mulheres, permanecem na Suíça.

É claro que modelos nem sempre irão se adequar a todos os lugares, mas na certeza de que os bons exemplos devem ser sempre seguidos, este levantamento consiste em um “grito de alerta” para que a permanência do jovem no meio rural brasileiro seja incentivada, assegurando a eles perspectivas de renda e vida mais dignas.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo et al. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998.

_____. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, v. 28 n. 1, 2, 3 e 29, n. 1, jan./dez 1998 e jan./ago. 1999.

ABRAMOVAY, R.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N.; FERRARI, D.; SILVESTRO, M.; TESTA, V. M. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Chapecó; Brasília, 1997 (Convênio FAO-Incra/CPPP-Epagri). Mimeo.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>.

CEPAL. *Desarrollo rural sin jóvenes?* Santiago do Chile, 1995, (LC/R. 1.599). Mimeo.

DURSTON, John. *Juventude rural en America: recudiendo la invisibilidad*. Trabalho apresentado no XXI Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia. São Paulo, 1997.

EMATER/ASCAR. *Dados agrícolas sobre o município de Mato Queimado*. Mato Queimado, 2005.

FAO. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: Convênio FAO/Incra, 1995.

IBGE. *Censo Populacional de 1996*. Conceituação das características divulgadas na contagem da população de 1996. 1997.

IBGE. *Censo Demográfico*, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

MENDRAS, H. *Les sociétés paysannes*. Paris: Gallimard, 1995.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo: Instituto de Estudo Avançados, USP, v. 15, n. 43, 2001.

NOVAES, Regina R. *Caminhos cruzados: juventude, conflito e solidariedade*. Rio de Janeiro: Iser, 1996.

RAVESTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, H. *Migração interna – textos selecionados*. Fortaleza: Banco no Nordeste do Brasil, 1980.

SACCO DOS ANJOS, F. *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SILVESTRO, M. L. et al. *Impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis, SC; Brasília: Epagri; Nead/MDA, 2001.